

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.566 - SP (2019/0356880-2)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : GUILHERME ABRAHAM DE CAMARGO JUBRAM
ADVOGADO : GUILHERME ABRAHAM DE CAMARGO JUBRAM - SP272097
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RAPHAEL SERAFIM JUBRAN GRACA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de RAPHAEL SERAFIM JUBRAN GRACA, apontando como autoridade coatora a 14ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento da Apelação Criminal n. 0004460-14.2014.8.26.0269.

Noticiam os autos que o paciente foi denunciado como incurso no artigo 121, § 2º, incisos II e IV, combinado com o artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal, sobreindo decisão que desclassificou os fatos que lhe foram assestados, enquadrando-os no artigo 129 do Estatuto Repressivo.

Inconformado, o Ministério Público interpôs recurso em sentido estrito, que foi provido para pronunciar o réu como incurso no artigo 121, § 2º, inciso II, combinado com o artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal.

Submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, a conduta do acusado foi desclassificada para o crime de lesões corporais.

Inconformado, o Ministério Público apelou, tendo o recurso sido provido para anular o julgamento plenário, determinando que outro seja realizado.

Sustenta o impetrante que a decisão dos jurados teria sido proferida em consonância com o conjunto probatório, tendo eles optado pela tese mais favorável à defesa.

Alega que ao determinar a anulação do julgamento, a autoridade impetrada teria se baseado somente no elemento subjetivo do tipo, cuja análise seria de competência exclusiva do Conselho de Sentença.

Requer, liminarmente, a suspensão da ação penal originária, e, no mérito, pugna pela concessão da ordem para que a decisão proferida pelo Tribunal do Júri seja restabelecida.

É o relatório.

Inicialmente, cumpre atestar a inadequação da via eleita para a insurgência contra o ato apontado como coator, pois o ordenamento jurídico prevê recurso específico para tal fim, nos termos do artigo 105, inciso III, da Constituição Federal, circunstância que impede o seu formal conhecimento, conforme entendimento pacífico no âmbito desta Corte Superior de Justiça.

Superado esse óbice, sabe-se que o artigo 5º, inciso XXXVIII, alínea "d", da Constituição Federal atribuiu ao Tribunal do Júri a competência para julgar os acusados da prática de crimes dolosos contra a vida, tratando-se de colegiado composto de juízes leigos, escolhidos dentre integrantes da sociedade civil para julgar o seu semelhante supostamente responsável por ofender valioso bem jurídico, senão o mais, a vida.

Superior Tribunal de Justiça

E, justamente por se tratar de órgão jurisdicional composto por juízes leigos, desprovidos de aprofundados conhecimentos acerca do conjunto de leis existentes no ordenamento jurídico pátrio, é que a Carta Magna atribui soberania aos veredictos proferidos pelo Tribunal do Júri, garantindo que a decisão tomada pelo Conselho de Sentença somente por outro possa ser modificada, impedindo que a sua competência constitucionalmente atribuída seja invadida por eventuais reformas feitas por órgãos do Poder Judiciário.

É aí que se verifica a peculiaridade no sistema recursal previsto para os processos de competência do Tribunal do Júri, pois, em respeito ao princípio da soberania dos veredictos, o legislador ordinário não teve alternativa outra senão restringir o âmbito de recorribilidade das decisões tomadas pela Corte Popular, permitindo o exercício do duplo grau de jurisdição apenas nas hipóteses previstas nas alíneas do inciso III do artigo 593 do Código de Processo Penal, ou seja, quando: "*a) ocorrer nulidade posterior à pronúncia; b) for a sentença do juiz-presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados; c) houver erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança; d) for a decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos.*".

Note-se que em nenhuma das hipóteses o legislador ordinário permitiu ao órgão recursal a modificação do juízo valorativo feito pelo Conselho de Sentença acerca do mérito dos fatos submetidos a julgamento, circunstância que denuncia que o recurso interposto contra as decisões do Tribunal do Júri não é dotado de amplitude cognitiva.

A única hipótese na qual se constata uma certa ingerência do Tribunal de apelação sobre o julgamento realizado pelos juízes leigos é quando a insurgência é baseada na alegação de que a decisão destes seria manifestamente contrária à prova dos autos, conforme permissivo contido na alínea "d" do aludido dispositivo legal.

Nesse sentido, por oportuno, confira-se a lição de Eugênio Pacelli de Oliveira:

"Se as primeiras hipóteses de apelação das decisões em procedimentos do Tribunal do Júri não se dirigiam diretamente à convicção do júri popular, mas, sim, à sentença do seu Juiz-Presidente, o mesmo não ocorre com a causa apelável prevista na alínea "d", do inc. III, do art. 593 do CPP.

Naquela alínea, o que estará sendo questionado é a própria decisão do júri, configurando verdadeira exceção à regra da soberania dos veredictos. Por mais compreensível e louvável que seja a preocupação com o risco de erro ou desvio no convencimento judicial do júri popular, o fato é que o aludido dispositivo legal põe em xeque a rigidez da soberania das decisões do júri." (Curso de processo penal. 10ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. p. 717).

Não obstante a ponderação feita pelo aludido doutrinador, mesmo nessa hipótese verifica-se a preservação da soberania dos veredictos proferidos pelo Tribunal do Júri, já que a única providência passível de ser adotada pelo Tribunal de apelação, caso

Superior Tribunal de Justiça

constatada ser a decisão dos jurados manifestamente contrária à prova produzida nos autos, é a anulação do primeiro julgamento, determinando que a outro seja o acusado submetido, formando-se, para tanto, um novo Conselho de Sentença.

Conclui-se, portanto, que nessa hipótese de insurgência, ao órgão recursal se permite, apenas, verificar a existência de suporte probatório para a decisão tomada pelos jurados integrantes da Corte Popular, somente se admitindo a cassação do veredicto caso este seja flagrantemente desprovido de elementos mínimos de prova capazes de sustentá-lo, pois, caso contrário, deve ser preservado o juízo feito pelos jurados no exercício da sua função constitucional, dotado de soberania.

Ademais, por se tratar de decisão popular, repita-se, deve o acórdão ser proferido com cautela para não adentrar no mérito da causa, a ser apreciado exclusivamente pelo Tribunal do Júri, constitucionalmente competente para julgar os crimes dolosos contra a vida, tudo para que não se dê à decisão conotação de condenação ou absolvição antecipada, vale dizer, para que não incorra no julgamento da causa propriamente dito.

Com base nestas considerações, infere-se que o Tribunal de origem, ao analisar a insurgência manifestada pelo representante do Ministério Público, explicou que *"a decisão contrária à evidência dos autos é aquela divorciada de todo o acervo probatório. Significa dizer que todo o elenco de provas produzidas no curso do processo legal deve ser considerado e não somente a prova produzida em 'plenário'"* (e-STJ fl. 219).

Assentou que *"toda a prova coligida, sob o crivo do contraditório, em relação ao acusado João, evidencia o animus necandi presente em sua primeira conduta"*, pois *"desceu do seu veículo e disparou por mais de três vezes em direção à vítima"*, destacando que *"o laudo pericial do carro de André aponta que os disparos atingiram seu veículo bem como a sua cabeça (região vital), mesmo que de raspão (fls. 235)"* (e-STJ fl. 220).

Ressaltou que *"João não desistiu da vítima"*, pois *"o crime não se consumou por não ter sido a vítima atingida no meio da cabeça por centímetro e André, mesmo ferido, ter empreendido fuga em busca de local onde pudesse abrigar-se juntamente com sua família"*, acrescentando que *"João não cessou sua ação naquele momento"*, continuando a *"perseguir André até que ele colidisse contra as grades do corpo de bombeiros"*, momento em que *"colidiu com o veículo da vítima, a fim de que ela não pudesse sair do local"*, e que *"somente saiu após o filho garantir-lhe que 'resolveria o resto'"* (e-STJ fl. 220).

No tocante à conduta do ora paciente, assentou que *"há que se considerar que, mesmo percebendo a situação da vítima que se encontrava ferida, sangrando, decidiu desferir diversos golpes, chutando a cabeça (já ferida e sangrando) do ofendido já caído ao solo, somente cessando as agressões, pois impedido pelas testemunhas"*, enfatizando que *"tal era o objetivo do réu em produzir um resultado morte que mesmo após detido pelas testemunhas, por um momento ao desvencilhar-se daqueles que o detinham, novamente partiu para agredir a vítima já desfalecida"* (e-STJ fls. 220/221).

Pontuou que *"a versão dos acusados de que João partiu no encalço do ofendido por imaginar que seriam vítimas de sequestro resta distante da prova coligida"*, uma vez que *"Raphael perseguia o carro do ofendido, quando o réu João passou por ele rumo ao carro onde estava André, sua esposa e filhos, condutas*

Superior Tribunal de Justiça

incompatíveis com quem imagina estar sob ameaça de sequestro" (e-STJ fl. 221).

Concluiu que *"o elemento subjetivo do tipo se mostra bastante evidente"*, razão pela qual *"de rigor sejam os apelados submetidos a novo julgamento"* (e-STJ fl. 221).

Da leitura das referidas passagens, verifica-se que a autoridade impetrada não demonstrou certeza quanto ao dolo do acusado, tendo apenas demonstrado quais elementos de convicção não legitimariam a decisão do Conselho de Sentença, exatamente como exige a legislação processual penal.

Constata-se, então, que a Corte Estadual limitou-se a apontar, de forma técnica, que as provas constantes dos autos não davam embasamento ao veredicto exarado pelos jurados, procedimento que não pode ser acoimado de ilegal, já que expressamente previsto no artigo 593, § 3º, do Código de Processo Penal.

Nesse sentido orienta-se a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. JULGAMENTO MONOCRÁTICO. OFENSA À COLEGIALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. HOMICÍDIO QUALIFICADO E HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. TRIBUNAL DO JÚRI. JULGAMENTO. ANULAÇÃO. DECISÃO CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. NOVO JULGAMENTO. POSSIBILIDADE. SEMELHANÇA COM O JULGAMENTO DO HC 382.582/RS. NÃO COMPROVADA. WRIT DENEGADO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Não viola o princípio da colegialidade a decisão monocrática do relator calcada em jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, tendo em vista a possibilidade de submissão do julgado ao exame do órgão colegiado, mediante a interposição de agravo regimental.

2. O Código de Processo Penal, em seu art. 593, § 3º, garante ao Tribunal de Apelação o exame, por única vez, de conformidade mínima da decisão dos jurados com a prova dos autos, não configurando desrespeito ou afronta à soberania dos veredictos o acórdão que, apreciando recurso de apelação, concluiu pela completa dissociação do resultado do julgamento pelo Júri com o conjunto probatório produzido durante a instrução processual, de maneira fundamentada.

Precedente.

3. Afastar a conclusão do acórdão impugnado, no sentido de que há decisão manifestamente contrária à prova dos autos, redundaria em necessária análise do contexto fático-probatório, conduta incompatível com o habeas corpus.

(...)

5. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 455.907/SC, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 09/04/2019, DJe 24/04/2019)

No mesmo diapasão:

Superior Tribunal de Justiça

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ANULAÇÃO DO JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI. DECISÃO CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA SOBERANIA DOS VEREDICTOS DO TRIBUNAL POPULAR. ALEGAÇÃO DE SER O JULGAMENTO CONSOANTE A PROVA DOS AUTOS. MATÉRIA PRECLUSA. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE.

(...) HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. Com efeito, o juízo absolutório do Tribunal do Júri é passível de ser questionado pela acusação, que poderá manejar apelo fundado no art. 593, III, d, do CPP, sem que o referido recurso signifique desrespeito ou afronta à soberania dos veredictos do tribunal popular. 3. Desta feita, não há ilegalidade na anulação do primeiro julgamento do Tribunal do Júri, o qual foi cassado pela Corte de origem, tendo em vista que a convicção dos jurados foi contrária à prova dos autos

4. Alegação de que os jurados optaram por uma das versões apresentadas em Plenário e por isso a anulação do julgamento seria ilegal. Pretensão que se encontra preclusa. O acórdão que anulou a decisão dos jurados produziu todos os seus efeitos, inclusive o réu foi submetido a novo julgamento pelo tribunal popular. Mostra-se, portanto, descabida a referida alegação no atual estágio processual, quando a condenação do acusado pelo Tribunal do Júri já se encontra acobertada pelo manto da coisa julgada.

5. Ainda que assim não fosse, o acolhimento da pretensão de que o primeiro julgamento do Tribunal do Júri não foi contrário à prova dos autos demanda o revolvimento do conjunto fático-probatório, situação vedada na via estreita do habeas corpus. Precedentes.

(...)

12. Habeas corpus não conhecido.

(HC 465.197/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 12/03/2019, DJe 19/03/2019)

Em arremate, não há como este Sodalício avaliar se as provas constantes dos autos são aptas a manter a decisão dos jurados, porquanto a verificação dos elementos de convicção reunidos no curso do feito implicaria o aprofundado revolvimento de matéria fático-probatória, providência que é vedada na via eleita.

A propósito:

Superior Tribunal de Justiça

PENAL E PROCESSO PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. HOMICÍDIO QUALIFICADO. CONSELHO DE SENTENÇA QUE RECONHECE O COMETIMENTO DE CRIME SOB O DOMÍNIO DE VIOLENTA EMOÇÃO APÓS INJUSTA PROVOCAÇÃO DA VÍTIMA. APELAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. POSSIBILIDADE. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. VERSÃO DEFENSIVA SEM APOIO NOS ELEMENTOS COLETADOS DURANTE A INSTRUÇÃO PROCESSUAL PENAL.

1. Nos termos da orientação desta Casa, a "anulação da decisão absolutória do Conselho de Sentença, manifestamente contrária à prova dos autos, pelo Tribunal de Justiça, por ocasião do exame do recurso de apelação interposto pelo Ministério Público (art. 593, III, 'd', do Código de Processo Penal), não viola a soberania dos veredictos" (AgRg no AgRg no AREsp n. 727.893/MS, rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 17/8/2018, grifei).

2. Na espécie, a versão escolhida pelo Conselho de Sentença, de fato, não encontra suporte nas provas coletadas durante a instrução processual penal. A testemunha ocular dos fatos assinalou que, no momento do crime, não houve discussão entre o paciente e a vítima.

Embora os depoimentos das testemunhas esclareçam que o acusado e a vítima discutiam muito, não há evidências de que, no momento dos acontecimentos, a ofendida tenha provocado o réu de modo a intensificar suas emoções. Aliás, o próprio acusado afirmou, na Delegacia de Polícia, que resolveu matar a vítima porque, após o fim do relacionamento, ela estaria ignorando suas ligações.

3. De mais a mais, para afastar a conclusão alcançada na origem e afirmar demonstrada a causa especial de diminuição de pena prevista no art. 121, § 1º, do Código Penal, imperioso seria o revolvimento de fatos e provas, providência inviável na via estreita da presente ação constitucional. Precedentes.

4. Ordem denegada.

(HC 468.988/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 09/11/2018)

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefere-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator

